

As cercas da memória: o discurso do mérito e a desqualificação discursiva na revista *Veja*

Kleber Mendonça¹

Introdução

O presente trabalho pretende agregar duas correntes teóricas tanto distintas quanto complementares: uma que permite a constatação de que a mídia se constitui em um dos principais atores políticos contemporâneos, e os estudos sobre as memórias social, coletiva, histórica e discursiva. Com isso, pode-se entender melhor de que forma a revista *Veja* consegue elaborar uma visão de mundo (e uma memória) que apontam para uma sociedade em que uma ética coletiva de justiça é substituída pelo discurso neoliberal do mérito pessoal.

As pistas que servirão como exemplo de análise deste trabalho podem ser obtidas na capa de duas edições da revista

Veja. Em 14 de maio de 2003 vemos a foto sorridente do “brasileiro de 15 bilhões de reais”. Trata-se de José Luis Cutrale, empresário paulista que controla 30% do suco de laranja vendido no planeta. Entre inúmeros elogios e diversas explicações para tamanho sucesso, a revista comemora o diferencial da empresa brasileira em relação à concorrência americana: “[Cutrale] paga salários baixos, compra terra barata, pressiona os fornecedores a vender a preços menores e possui 40% das laranjas que processa em pomares próprios”². A revista fala ainda das boas relações da família do empresário como os presidentes da República, de Médici a Collor (o preferido do empresário), incluindo Lula, que, segundo a reportagem, ganhará de presente “um punhado de charutos cubanos”.

Pouco mais de um mês depois, na capa da edição de 18 de junho, é a vez de uma foto em close (e de perfil) do líder sem-terra José Rainha, com o seguinte título-legenda: “A esquerda delirante”. Em um box explicativo, “*Veja*” imita uma página de romance antigo com direito, inclusive, à capitular floreada: “Para salvar os miseráveis

dos desconfortos do capitalismo, o líder sem-terra José Rainha ameaça criar no interior de São Paulo um acampamento gigantesco como o de Canudos, instalado há um século por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia...”³. A matéria especial intitulada “o beato Rainha”, mostra o personagem principal “em plena forma depois de passar quatro meses fugindo da polícia e outros dois na cadeia, acusado de formação de quadrilha”. A disposição é tanta que Rainha, no momento, está tentando atrair “as multidões de deserdados” para um mega-acampamento. A Revista explica quem são os tais “deserdados”: “biscateiros, desempregados, motoristas, pequenos vendedores e também lavradores, pessoas que desenvolvem atividades econômicas marginais, desvinculadas da grande produção” .

Na edição de 02 de julho, a revista, desta vez em seu editorial (Carta ao Leitor), detalha melhor quem são os “amigos do Rainha” ao resumir a ação do MST: “o uso ideológico da bandeira da reforma agrária por quadros de líderes que recrutam, não apenas agricultores, mas desocupados urbanos, em geral, com o propósito de inchar suas fileiras e pressionar o governo e a sociedade”⁴ .

Objetivo

Analisar o que há entre os dois pólos desta breve caminhada de mês e meio pela revista *Veja* permitirá perceber não só qual definição de vitória, de agricultura e de justiça social é semeada, semanalmente, em suas páginas. Será possível, também, entender que, neste trajeto do céu do empresário bem-sucedido ao inferno do sem-terra alucinado pela revolução, sedimenta-se o papel político da revista, bem como sua função de regular (e julgar) o que é legítimo ou não em nossa sociedade. É mais importante ainda: esta estratégia se concretiza na capacidade de construir uma memória discursiva,

(re)significando conceitos, silenciando acontecimentos e direcionando sentidos.

Constatação que se cristaliza ainda mais quando “esticamos” nossa caminhada até a edição de 09 de julho, que traz a repercussão do Presidente Lula fotografado com o boné do MST na cabeça. A legenda da foto no editorial da revista pode ser colhida como uma conclusão: “o presidente não deveria usar o prestígio do cargo avalizando um grupo que afronta a lei”. Para a revista, o presidente deve saber escolher os bonés que veste com a mesma capacidade que aparenta em apreciar bons charutos. Caso não saiba, é papel da *Veja*, via mobilização da opinião pública, indicar ao presidente a escolha correta.

Esta caminhada analítica pela cobertura jornalística, feita pela revista *Veja*, de recentes acontecimentos envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pretende elaborar apontamentos que possam dar pistas dos modos de funcionamento da imprensa na sociedade global atual e de seu papel político no jogo de forças das relações de poder. Este artigo é uma tentativa de esboçar questões que poderão servir para traçar um percurso futuro de investigação que dê conta deste ator político, que é a mídia, e sua função regulatória e legitimadora da contemporaneidade.

A escolha deste curto espaço de tempo e deste veículo em particular se justifica ao tornar evidente a tomada de posição dos lados envolvidos nesta “luta” – Governo, MST e mídia. Pensar a atividade do MST, como movimento social e político, e a maneira como o jornalismo brasileiro trata suas ações pode ajudar a compreender algumas características da sociedade contemporânea. Se por um lado, o MST se configura como uma prática ligada ao período moderno pré-globalização, os líderes do movimento parecem entender claramente que a cobertura midiática de suas ações também se converte em um dos campos de confronto e de visibilidade – sem dúvida um entendimento lúcido do funcionamento da contemporaneidade⁵.

Breve parêntese sobre a mídia como ator político

Bernard Manin⁶, ao elaborar uma genealogia dos diferentes modelos de repre-

sentação democrática ao longo dos tempos, define o período atual como democracia do público. Neste novo modelo, as preferências políticas se desvinculam cada vez mais das características sociais, econômicas e culturais dos eleitores. Os partidos e seus programas deixam de ser o principal norteador do debate, na medida em que a mídia torna-se capaz de se constituir no principal canal de comunicação entre o cidadão (agora convertido em público) e seus representantes. A visibilidade midiática passa a ser uma necessidade prioritária dos candidatos, em virtude da percepção de que a mediação de massa torna-se mais eficiente do que a rede de militantes do partido. Efeito colateral disto é a constatação de que o eleitor fica cada vez mais sujeito a decidir seu voto não pelo vínculo partidário, mas de acordo com os problemas e questões postos em jogo em cada eleição. Cada vez mais se vota em uma pessoa, e não em um partido.

A respeito da mídia como instituição política, Martín-Barbero⁷ defende a idéia de que esta, além de representar o social e construir a atualidade, ocupa também uma função socializadora. Estamos diante de atores sociais que tanto podem sensibilizar a sociedade em relação às intervenções dos governantes, como se transformar em fatores determinantes de governabilidade.

Se Hanna Arendt tem razão quando define a democracia como a união entre retórica, política e comunicação em um espaço público, e se, como argumenta Martín-Barbero, o público é o que pode ser visto e ouvido por todos, é possível perceber a mídia hoje como uma espécie de *ágora* contemporânea, através da qual, os principais aspectos políticos da sociedade estarão desfilando. Vale lembrar que neste cenário a mídia está longe de ser “politicamente neutra”. Duplo gesto estratégico de uma instância de poder que, ao se converter em “espaço” contemporâneo de visibilidade e confronto, constitui a si mesma como “ator” político.

Eugênio Buccì⁸, no entanto, mostra que esta função de ator político desempenhada pelo jornalista não é ligada a sua posição política pessoal, mas a uma ideologia profissional:

“O jornalismo tange a esfera do poder, critica e vigia os governantes e, nesse sentido, é uma atividade social marcadamente política – mas é política pela informação, pela opinião e não pelo partidarismo. O jornalista, portanto, sobretudo o jornalista político, é um político fazendo política por outros meios (...) e é político o pacto de confiança que estabelecem com o público” (BUCCI, 2000).

Estamos diante da concretização da máxima que prega o partido do jornalista como o partido do leitor, em outras palavras, a imprensa se constitui em uma instância supra-institucional capaz de discernir e garantir os interesses de toda a sociedade. Trata-se de uma retórica que se fundamenta em um gesto político da “superação” do político na sociedade contemporânea. Quadro impressionista que se assemelha à análise feita por Guy Debord⁹, em que o espetáculo midiático torna-se, politicamente, o não-lugar da política.

Albuquerque (2000) mostra como este compromisso da imprensa brasileira assume moldes de um “quarto poder” com características de “Poder Moderador”, em que a imprensa busca “exercer o papel de árbitro das disputas entre os poderes constituídos, decidindo sempre em favor do ‘Bem Comum’”. Daí a “universalidade política” da imprensa brasileira: um ator político que busca, a todo o momento, se sobrepor aos três poderes da república. Uma sensação de dever cívico urgente que permite à imprensa atribuir-se a autoridade política de preservar “as condições que permitem às regras do jogo vigorar, mesmo ao preço do descumprimento de algumas (ou de várias) regras fundamentais” (Albuquerque, *idem*).

É graças a este “dever cívico” que a *Veja* pode repreender o presidente por vestir um boné do MST. E, pode-se arriscar a dizer, que esta mesma constatação explica a razão do presidente insistir em deixar-se fotografar, nesta arena pública, vestindo os mais variados bonés, tocando instrumentos musicais, manipulando ferramentas de trabalho e equilibrando artefatos esportivos, entre outros recursos cênicos.

Uma vez entendida a estratégia política deste ator social, cabe entender um dos mecanismos discursivos preponderantemente utilizados nas reportagens para que se possa concretizar a atuação política em suas páginas: o jogo da memória discursiva.

As cercas da memória

As duas reportagens que abrem este artigo fazem referência a dados históricos como ilustração do conteúdo apresentado. Mais do que uma simples metáfora ilustrativa, o que está em jogo neste “efeito enciclopédico” é uma construção política de mundo e da história recente, a partir do gesto de retomar, em sua fala, acontecimentos considerados “memoráveis”.

A matéria sobre José Luiz Cutrale tem a seguinte abertura: “Apenas em dois momentos específicos da história, no ciclo do açúcar e no do café, o Brasil controlou amplamente o comércio global de um produto agrícola como acontece agora com o mercado mundial de laranja”. No final da reportagem, além de também elogiar o rei da soja e o rei do açúcar, a importância do agrobusiness é reforçada pela revista ao mencionar, ainda, que “o Brasil rural possui uma presença significativa no comércio internacional”. O desfecho lembra que somos o segundo maior exportador de soja, de carne e o primeiro de café e cana-de-açúcar. Nenhuma linha é gasta para mencionar a questão da exclusão social no campo ou da necessidade de uma reforma agrária que possa ajudar a aumentar estes recordes e reduzir a fome nacional.

Pode-se perceber um duplo movimento de constituição de memória. O primeiro, ao contextualizar a importância dos negócios de Cutrale na contemporaneidade, equivalendo-a aos ciclos do açúcar e do café. E, o segundo, que é o silêncio das questões conflituosas e da fome no campo. Ao descrever um cenário agrário deslumbrante, a revista estabelece uma distância entre os negócios do “empresário” Cutrale e as reivindicações sociais dos “agricultores” sem-terra.

Em relação ao processo de constituição de memória, vale lembrar Pollak¹⁰, que percebe este como um constante jogo entre políticas oficiais de memória e memórias

clandestinas que tentam sobreviver ao gesto político de enquadramento. “O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas” (Pollak, 1989).

Esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combatentes do presente e do futuro. Neste constante jogo de construções de sentido, há atores profissionalizados, verdadeiros guardiões da história, pessoas e instituições autorizadas por manter a memória social de um determinado grupo. Huyssen¹¹ mostra como a mídia acaba ocupando um lugar estratégico na dialética memória-esquecimento numa sociedade em que o medo da anamnese leva a um constante gesto de musealização, de fixação de uma “memória congelada”, como resposta ao processo de entropia da informação em tempo real. Duplo papel da mídia, portanto. Ao mesmo tempo em que colabora com o bombardeio de informações, que aumenta o medo do esquecimento, o jornalismo se converte na instância capaz de permanentemente atualizar a memória de seus leitores. Como analisou McCombs¹² em sua hipótese do agendamento, em resposta ao processo de entropia provocado pelo fluxo incessante de informações, a mídia produz um efeito de enciclopédia com o objetivo de atualizar o leitor em torno do fato abordado.

Se pudermos pensar a instância informacional da mídia como uma forma de saber-poder, nos moldes definidos por Foucault¹³, não será difícil constatar como a mídia pode se constituir em um dos principais atores responsáveis por gestos de enquadramento de memória¹⁴ em nossos dias. Para Foucault, o jogo de poder se efetiva a partir do funcionamento de conjuntos de saberes “que dele nascem mas que igualmente o condicionam”. É neste gesto de saber-poder que o jornalismo se constitui tanto como um lugar político de espaço da verdade (lugar do saber), quanto como “guardião” da memória política recente (espaço de poder). E isto, graças ao acatamento das estratégias enunciativas constituídas no interior do discurso jornalístico e à capacidade de agendamento da mídia.

Na mitologia grega, as musas são as guardiãs da memória e das reminiscências e cada uma cuida de um ramo especial da literatura, da ciência e das artes. As nove filhas de Júpiter com Mnemósine são cantadas pelos poetas por serem as guardiãs da inspiração e do conhecimento. Hoje, quando o jornalismo se constitui em instância de saber-poder, é para esta nova musa pós-moderna que os atores políticos precisam se dirigir em busca de benesses. O problema é que esta nova guardiã do conhecimento e da memória tem cobrado tributos cada vez mais altos aos outros atores sociais¹⁵.

No entanto, é preciso ressaltar que estamos nos referindo e relacionando dois conceitos diferentes de memória: a memória social coletiva, ligada ao plano das mediações sociais, e a memória discursiva, constituinte na elaboração do texto jornalístico. A primeira é influenciada pelos direcionamentos de sentido propostos pelos enunciados jornalísticos. Mesmo assim, seria um erro confundir os dois conceitos.

A noção de memória discursiva decorre da constatação de que o texto é um espaço simbólico multidimensional¹⁶. Assim, o gesto interpretativo do sujeito leitor é determinado pela sua relação com a memória. Há uma gama de possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações. A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. Assim, o sujeito toma como suas as palavras de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória (já-dada) que se manifestará de diferentes formas em discursos distintos.

Para Pêcheux, “a memória discursiva seria aquilo que, diante de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (...) de que sua leitura necessita”¹⁷. No entanto, esta regularização discursiva do implícito é sempre suscetível de ruir diante de novos acontecimentos: a memória tende a absorver o acontecimento. Este último “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. Haveria assim sempre um jogo de

força na memória sob o jogo do acontecimento”. Este jogo de forças busca manter a regularização dos enunciados, mas também pode perturbar a rede dos implícitos.

Orlandi distingue esta memória histórica de uma “memória metálica”, que seria decorrente da informatização dos arquivos. Para a pesquisadora, a mídia se apropriaria desta memória metálica promovendo o nivelamento e a homogeneização dos efeitos de memória. A mídia seria o lugar da interpretação, mas de uma interpretação que seria o tempo todo imobilizada pelas estratégias discursivas. Enquanto a memória histórica seria sujeita à falha, a metálica só produziria o mesmo. Assim o gesto de interpretação proposto/imposto na re-construção de memória, exercida pelo jornalismo, não seria uma re-significação, porque impediria os deslocamentos de sentido e a negociação coletiva. Transformaria-se, isso sim, em estabilização de sentidos e eliminação das diferenças – uma de-significação¹⁸.

O Discurso do mérito: a maior laranja do mundo

Neste mesmo gesto de propor a construção de uma memória em torno do campo, a *Veja* elabora uma construção de mundo em que fica explícito o modelo agrário que deve ser adotado pelo Brasil: o campo neoliberal globalizado e bem-sucedido.

Estratégia coincidente com a percepção de José Luiz Aidar Prado¹⁹ ao analisar de que forma a revista *Veja* constrói, em suas reportagens de capa, “o perfil dos vencedores do sexo masculino no mundo dos negócios”. Em geral, nestas reportagens não há discussão política, mas sim a capacidade pessoal da vitória. A revista aponta quem são os sujeitos máximos da competência do mercado globalizado (que sabem enriquecer). Prado mostra também como “Não há em *Veja* um contraponto a esse mercado, uma reflexão em relação aos limites do capitalismo, aos desequilíbrios de tal universalidade sem sintoma.”. Há um agendamento da vitória nestas reportagens que encobre as contradições do capitalismo e sua outra face: a massa de excluídos deste processo de enriquecimento.

Zygmunt Bauman²⁰, ao analisar a questão dos bem-sucedidos na sociedade contemporânea, remete a Geoff Dench que analisa a

fuga da comunidade: uma idéia de imposição fraterna, que obriga “a partilhar as vantagens entre todos os membros, independente do talento ou importância deles”. O abandono da comunidade se dá, então, quando uma outra ideologia, a de que “as pessoas merecem o que conseguem obter por seus próprios meios e músculos (e não merecem nada mais que isso)”, toma o lugar da obrigação de partilhar.

A oposição, nos moldes propostos por Tönies – Gemeinschaft (comunidade) X Gesellschaft (sociedade) –, mostra como o discurso do mérito numa sociedade de bem-sucedidos acaba condenando a grande massa (dos-“não-tão-bem-sucedidos-assim”)

“a uma miséria sem perspectivas, à medida que o triunfo da ideologia do mérito avança em direção à sua conclusão lógica, isto é, do dismantelamento das provisões previdenciárias, aquele seguro comunitário contra o infortúnio individual, ou à reformulação dessas provisões – outrora vistas como uma obrigação fraternal sem discriminações, e um direito universal – como caridade da parte “dos que estão dispostos” dirigida “aos que têm necessidades” (Bauman, Idem).

Esta meritocracia, impregnada no discurso da *Veja* sobre o sucesso do empresário José Luiz Cutrale, passa a ocupar o espaço de paradigma do campo. Essa imagem será recuperada, como imagem implícita, quando, um mês depois, a revista abordar um outro tipo de “personalização apolítica” – a revolta “conselheira” do líder Zé Rainha.

A loucura messiânica dos sem-mérito

Na reportagem, intitulada “a esquerda delirante”, também se pode perceber o gesto de personalização vinculado à despolitização do fato reportado. Trata-se do “beato Rainha” representando, não a personificação do sucesso, mas a síntese de um movimento que sequer pode ser chamado de político. Para a *Veja*, o MST resume-se a um delírio de um líder que se espelha em Antônio Conselheiro para arregimentar uma massa de

manobra (composta por deserdados) com o intuito de tomar o poder.

Também nesta reportagem, vemos o gesto de recorrer aos fatos históricos “memoráveis” como maneira de metaforizar o fato abordado. Desta feita, a ilustração atesta como a iniciativa de José Rainha não é apenas anacrônica e alucinada ao tentar repetir o feito de conselheiro. É descompassada por pregar, em sua retórica, a volta ao campo: volta que a reportagem anterior de *Veja* já mostrou impossível, uma vez que o campo é dos vencedores, dos bem-sucedidos como os reis da Laranja, do Café e da Soja.

A revista define para seu leitor o que foi o movimento de Canudos: “o mais aguerrido e sangrento movimento de resistência à proclamação da República”, e comenta a “ilusão” de Rainha: “como quase todo militante de seu credo, Rainha acredita na glorificação ideológica do que foi apenas uma insurreição de fanáticos”. Uma definição que é quase uma paráfrase da forma como a revista se refere ao MST em reportagem publicada no dia 09 de julho de 2003: “O MST viola as leis do país. Invade a propriedade privada, depreda e saqueia, tudo em nome de uma bandeira social. (...) Um grupo que se tornou conhecido pela contínua agressão às instituições do país e à legalidade”²¹.

Em relação a questões de legalidade, vale ressaltar que a reportagem sobre José Luiz Cutrale também aborda aspectos legais conflitantes do empresário. Mas o sentido da ênfase se inverte. Ao invés de acusar, a revista busca defender o empresário das acusações de irregularidade fiscal:

“Cutrale recusa-se a falar sobre a lucratividade da companhia. Há dois anos, a receita federal se interessou pela questão e teve dificuldade em analisar as contas do grupo. Fiscais de Brasília e São Paulo procuraram entender como Cutrale ganha tanto dinheiro. Não localizaram nenhuma irregularidade. Uma autoridade da Receita declarou a *Veja* que a estratégia de elevar a lucratividade passa por contabilizar uma parte dos resultados por intermédio de uma empresa no paraíso fiscal das ilhas Cayman (...). Trata-se de um mecanismo legal.”²²

Neste caso, a publicação é tão preocupada em provar a honestidade de seu personagem que não hesita em lançar mão de declarações em off e de explicações que, de quebra, reafirmam a legitimidade sem fronteiras do mercado capitalista global. Ao contrário da reportagem sobre Zé Rainha, aqui não há nenhuma alusão a qualquer tipo de violência praticada pelo empresário. Estratégias praticadas pela empresa, de comprar terras baratas e pagar salários baixos são mencionadas como vantagens e diferenciais competitivos do empresário.

Conclusão

Cabe, por fim, recuperar a análise de Bauman sobre o discurso do mérito para opor as duas visões antagônicas, uma vez que é esta a estratégia de construção de memória proposta pela revista. Temos de um lado uma meritocracia excludente da “vitória pelos próprios meios” rivalizando com a loucura messiânica dos “incapacitados deserdados e despossuídos”. O confronto funciona como o argumento necessário para encerrar o assunto da reforma agrária. Uma vez que a redistribuição e a justiça social são palavras definitivamente banidas do dicionário global, o gesto da Revista em desacreditar o “conselheiro Zé Rainha” pretende desaconselhar a “caridade dos que estão dispostos”, uma vez que “os que têm necessidades” não estão se comportando de maneira adequada.

Estratégia ardilosa que fecha o circuito – ao elaborar uma visão de mundo (e uma memória) que transforma direito constitucional em favor, a revista impede a caridade como uma maneira de punir “quem não sabe pedir”. Estes, os sem-mérito, os fracos que não conseguem fazer fortuna, “a multidão de deserdados atraídas para a Nova Canudos”, insistem em se apegar a uma noção ultrapassada de comunidade em que não o mérito pessoal, mas uma ética coletiva era a tônica. É por esta razão que a *Veja* – na semana em que Lula se deixa fotografar com o boné do MST – “aconselha” o presidente: “o boné é apenas um detalhe. O importante é o governo Lula tirar da cabeça a idéia de que se pode negociar com os líderes do MST”. Conclusão mais que correta, uma vez que bandido é caso de polícia, não de presidente.

Ao raiar da Nova República, quando ainda se achava que Tancredo Neves iria assumir o governo, Antônio Callado²³ escreveu um ensaio sobre as naquele momento recentes distribuições de terra no Pontal do Paranapanema. Fingindo se desculpar por voltar ao tema escolhido no ensaio²⁴, o imortal traça uma foto que serve agora, quase 20 anos depois, para descrever a estratégia da Revista *Veja* nestas reportagens:

“Existe no Brasil um passe de mágica intelectual, ou um truque epistemológico, que consiste no seguinte: problemas antigos e que continuam sem solução são dados como resolvidos. Ou passam à categoria de problemas chatos, obsoletos. Arrisque-se, por isso, a um certo ridículo quem fala *ainda* [grifo meu] em reforma agrária. No Brasil, o argumento principal ficou sendo o de que a agricultura de hoje é nada mais do que a parte antiquada da agroindústria [global e recordista] moderna” (Callado, 1985).

Esta análise explicita o papel político da revista: regular a legitimidade das organizações sociais a partir da visão de mundo e do pensamento único institucionalizados em suas páginas. Esta construção, guiada pela

ótica neoliberal, trabalha um incessante jogo de enquadramento de memória e de (re)definição dos legítimos movimentos sociais, como o MST, em mera manifestação de violência.

A revista elabora uma resposta veemente a quem ousa, em resposta à exclusão e à violência sofrida, transformar a sua realidade pelos meios (e ferramentas) que tem à mão. A reforma agrária está prevista na Constituição Federal, mas a série de matérias da *Veja* pretende nos provar que não há mais reforma possível. O caminho (e pensamento) único já foi pavimentado e as conseqüências desta modernidade liberal só não são maiores em virtude dos grupos “irresponsáveis” que insistem em não se adequar ao único papel que lhes cabe” – o de vender terras por uns trocados e trabalhar como empregados por menos ainda.

Em páginas onde não há mais espaço para manifestação política e só pode florescer uma monocultura intelectual, qualquer tentativa de semear outras idéias, visões de mundo ou memórias, será sempre vista como violência. Principalmente quando a exclusão e a desigualdade virem, não só padrão de normalidade aceitável, mas fundamento para o sucesso capitalista. Resta responder quem tem a visão mais atrasada: os nossos “agricultores do século XIX” ou os nossos “capitalistas vitorianos”.

Bibliografia

Albuquerque, Afonso de. “Um outro ‘quarto poder’: imprensa e compromisso político no Brasil”. In *Revista Contracampo*, vol. 1, nº 4. Niterói: Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, 2000.

Bauman, Zygmunt. *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003

Bucci, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

Callado, Antonio. *Entre o Deus e a vasilha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Debord, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.

Foucault, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

Hohlfeldt, Antonio. *Teorias da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Huysen, Andréas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

Manin, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 29, outubro de 1995.

Martin-barbero, Jesus. *Os exercícios do Ver*, São Paulo: Editora Senac, 1999.

Orlandi, Eni. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

Pêcheux, Michel. *O discurso – estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *O papel da memória in Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1997.

Pollak, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”, in *Estudos Históricos*, vol.2 nº 3, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

Prado, J.L. Aidar. “O perfil dos vencedores de Veja”. Artigo apresentado no GT Estudos de jornalismo, COMPOS, 2002.

⁴ Revista Veja, edição 1809 ano 36 – nº 19, 02 de julho de 2003.

⁵ As tentativas de definir a sociedade de nossa época são vastas. Refiro-me ao que Jameson chamou de Pós-Modernidade ou Capitalismo Tardio, Deleuze de Sociedade de Controle, Giddens de Alta-Modernidade (ou Modernidade Radical), Negri e Hardt de Império e, mais recentemente, Bauman de Modernidade Líquida. Não pretendo me deter, neste trabalho, em comparações destes conceitos. Mesmo assim, lançarei mão, eventualmente, de percepções de alguns destes autores que puderem contribuir com o que se esboça aqui.

⁶ MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº 29, outubro de 1995.

⁷ Jesus Martin Barbero, *Os exercícios do Ver*, São Paulo, Editora Senac, 1999.

⁸ Eugênio Bucci, *Sobre Ética e Imprensa*, São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 104.

⁹ Guy Debord, *A sociedade do espetáculo*, São Paulo. São Paulo, Contraponto, 1997.

¹⁰ Michel Pollak, *Memória, esquecimento, silêncio*, in *Estudos Históricos*, vol.2 nº 3, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1989.

¹¹ Andréas Huysen, *Seduzidos pela Memória*, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

¹² Apud Antonio Hohlfeldt, *Teorias da Comunicação*, Petrópolis, Vozes, 2001.

¹³ Michel Foucault, *A verdade e as formas jurídicas*, Rio de Janeiro, Nau, 1999.

¹⁴ Aqui o conceito de enquadramento de memória de Pollak se aproxima ao trabalho de gatekeeper do jornalista ao definir e enquadrar, a partir de suas rotinas de produção, quais fatos deverão se transformar em notícia e com que abordagem.

¹⁵ Assim, este artigo é apenas um dos pontos da investigação. É preciso, num segundo momento verificar de que maneira os outros atores sociais (em nosso caso, o MST) se colocam diante do funcionamento desta instância de poder.

¹⁶ Eni Orlandi, *Interpretação*, Petrópolis, Vozes, 1996.

¹⁷ Michel Pêcheux, “O papel da memória” in *Papel da memória*, Campinas, Pontes, 1997.

¹⁸ Eni Orlandi, *Língua e conhecimento lingüístico*, São Paulo, Cortez, 2002.

¹⁹ PRADO, J. L. Aidar. “O perfil dos vencedores de Veja”. Artigo apresentado no GT Estudos de Jornalismo, COMPOS, 2002.

²⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

²¹ Revista Veja, nº 1810. 09 de Julho de 2003.

²² Revista Veja, nº 1802. 14 de Maio de 2003.

²³ CALLADO, Antonio. *Entre o Deus e a vasilha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

²⁴ Uma vez que Callado já havia feito, em 1960, uma série de reportagens sobre as Ligas Camponesas de Pernambuco.

¹ Universidade Estácio de Sá. Universidade Federal Fluminense.

² Revista Veja, edição 1802 ano 36 – nº 19, 14 de maio de 2003.

³ Revista Veja, edição 1807 ano 36 – nº 24, 18 de junho de 2003.